

Historia

Nosso Patrimônio Histórico O Prédio da Antiga Tesouraria da Fazenda

Jeanne Fonseca Leite Nesi (*)

O prédio do antigo Real Erário, também chamado de Casa dos Contos, teve início de construção no final do século XVIII. Hoje, no mesmo local ergue-se um outro edifício, de 1875, onde se acha instalado o "Memorial Câmara Cascudo", na praça André de Albuquerque, nº 30.

A edificação da obra foi arrematada pelo preço de 3:200\$000 (três contos e duzentos mil réis), por ordem da Junta da Fazenda Real de Pernambuco, de 17 de outubro de 1788. Manuel Antônio de Azevedo, o arrematante da obra, em 20 de junho de 1789 requeria o pagamento de um terço do valor ajustado, adiantamento que era previsto no próprio contrato. Em 22 de junho, o arrematante recebia a quantia de 1:066\$000, dando-se então início à construção.

Em 1790, o prédio encontrava-se em construção, presumindo-se tenha sido ele concluído entre 1810-1817. No Livro de Registro de Cartas e Provisões do Senado da Câmara do Natal (1789-1800), encontra-se referência a uma carta que o Des. Antônio Filipe Soares de Andrada Brederode dirigiu aos vereadores, determinando que a Provedoria da Real Fazenda ficasse instalada naquele Senado da Câmara, enquanto durassem as obras de construção do prédio próprio do Real Erário. Segundo o Desembargador, os cofres ficariam melhor guardados e seguros naquele prédio da Câmara. Ademais, economizar-se-ia o aluguel de uma casa... Um antigo cofre da Provedoria da Real Fazenda, chegado a Natal em 1704, pertence atualmente ao museu do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Henry Koster ao descrever Natal, em 1810, não fez qualquer referência ao prédio do Real Erário. Sete anos depois, André de Albuquerque Maranhão instalava o seu Governo Republicano no Real Erário, tomando conta na ocasião do dinheiro existente no cofre real.

Carta Régia de 12 de fevereiro de 1820, de D. João VI, extinguiu a Provedoria da Real Fazenda da Capitania do Rio Grande, estabelecendo, em substituição, a Junta da Administração e Arrecadação da Real Fazenda, diretamente subordinada ao Real Erário (Coleção das Leis do Império do Brasil).

Após a Independência, a Lei nº 127, de 20 de setembro de 1826, transformou a repartição na Junta da Fazenda Pública da Província do Rio Grande do Norte.

Segundo a tradição, o Erário era uma construção pequena com um andar, tendo uma escada exterior, lateral e em dois lanços. A verve popular apelidou o velho prédio de A VACA AMARELA. vaca, por-



que nela "mamavam muitos protegidos políticos; amarela, por serem as suas paredes externas pintadas de ocre... Em 1875, o prédio, que então abrigava a Tesouraria de Fazenda, foi reconstruído. Era então Ministro da Fazenda o Visconde do Rio Branco.

Com a reconstrução, o prédio ganhou uma fachada perfeitamente simétrica. Nela existia uma porta de acesso, ladeada por quatro janelas ao nível do térreo. O pavimento superior exibia cinco janelas rasgadas, guarnecidas por grades de ferro. Viam-se também um frontão central e uma platibanda, que arrematava o coroamento das paredes.

No início deste século, o prédio sofreu um acréscimo em sua estrutura arquitetônica. Tal ampliação obedeceu ao mesmo estilo neoclássico, adotado por ocasião da reconstrução de 1875.

Em 1922, no local passou a funcionar a Delegacia Fiscal. Cogitou-se em 1946 em demolir o prédio da antiga Tesouraria de Fazenda. Na ocasião, Luís da Câmara Cascudo ergueu a sua voz em defesa do velho edifício, e propôs a construção de um novo prédio para a Delegacia Fiscal, na esplanada Silva Jardim, bairro da Ribeira. Com aquela atitude, o saudoso Mestre induziu os nossos governantes a duas importantes decisões: a construção de um prédio novo, amplo e confortável, que abriga satisfatoriamente até os dias atuais todas as seções da Delegacia Fiscal; e a manutenção do velho prédio da Tesouraria da Fazenda, testemunha de importantes acontecimentos ocorridos na Província e exemplo vivo das construções do passado.

Em 1955, a Delegacia Fiscal foi

transferida para a sua nova sede na esplanada Silva Jardim, passando o antigo prédio da Tesouraria a ser ocupado pelo Quartel General da 7a.R.M do Exército, onde funcionou até 1977.

Em 1982, o prédio foi restaurado pela Fundação José Augusto, em convênio com a SPHAN/Pró-Memória e o Governo do Estado, para nele funcionar um centro cultural.

Em 1987, o prédio passou a funcionar como "Memorial Câmara Cascudo", abrigando fotos, livros, depoimentos e reportagens sobre o ilustre norte-rio-grandense, Luís da Câmara Cascudo, que tão bem soube defender e divulgar o nosso patrimônio cultural.

O prédio foi tombado, a nível estadual, em 24 de agosto de 1989, garantindo-se assim, a preservação de uma edificação de relevante valor arquitetônico e de indiscutível importância histórica.

FONTES:

Translado das despesas das munícipios e petrechos do Rio Grande do Norte(1789), acervo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Caixa nº89; Livro de Registro de Cartas e Provisões do Senado da Câmara do Natal(1789-1800), idem, Caixa nº80; A Vaca Amarela (Acta Diurna) de Luís da Câmara Cascudo, in A República de 2.2.1940; A Casa do Real Erário (Acta Diurna), de Luís da Câmara Cascudo, in A República de 25.8.1946; outras pesquisas procedidas pela própria Autora.

(*) Arquiteta da Coordenadoria de Atividades do Patrimônio Histórico e Artístico da Fundação José Augusto